



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa

25 de abril de 2017

Ata da Trigésima Sétima Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e cinco do mês de abril, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Zé Roberto, Segundo-Secretário. “Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense”, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Eli Borges, Jaime Café, Jorge Frederico, José Bonifácio, Nilton Franco, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Solange Duailibe e Valderez Castelo Branco. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres, Vilmar de Oliveira e Júnior Evangelista. Estavam ausentes os Senhores Deputados Olyntho Neto e Valdemar Júnior. Após a



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

leitura do Texto Bíblico, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, o Senhor Presidente submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 33/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 10/2017, que “altera o inciso X do art. 134 da Lei número 1.818, de 23 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins”; Mensagem número 41/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 22/2017, que “dispõe sobre os Sistemas de Administração Financeira Estadual e de Contabilidade Estadual, e adota outras providências”, reedição da Medida Provisória número 14, publicada em 9 de março de 2017; Mensagem número 42/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 23/2017, que “altera o art. 1º da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, que reduz a base de cálculo, concede isenção e crédito presumido de ICMS nas operações que especifica e adota outras providências”, reedição da Medida Provisória número 15, publicada em 10 de março de 2017; Mensagem número 43/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 24/2017, que “altera os arts. 1º e 6º da Lei número 2.327,



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

de 30 de março de 2010, que institui a Produtividade por Desempenho de Atividade Administrativo-Fazendária – PDAAF aos servidores administrativos lotados na Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins”; Mensagem número 44/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado encaminhando a Medida Provisória número 25/2017, que “cria o Fundo Penitenciário Estadual – Funpes, e adota outras providências”, reedição da Medida Provisória número 3, publicada em 17 de março de 2017; Mensagem número 45/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 26/2017, que “prorroga o prazo de isenção do ICMS para a operação de que trata a alínea “f” do inciso I do art. 2º da Lei número 1.303, de 20 de março de 2002, e adota outra providência”, reedição da Medida Provisória número 17, publicada em 17 de março de 2017; Mensagem número 46/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 27/2017, que “altera a Lei número 3.174, de 28 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Tocantins”, reedição da Medida Provisória número 18, publicada em 17 de março de 2017; e Ofício número 2.742/2017, oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, encaminhando a relação de entidades devedoras que



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

não fazem jus ao recebimento do selo de responsabilidade no pagamento integral e tempestivo dos valores requisitados pelo Tribunal supracitado. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números: 73/2017, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; 74/2017, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda; 75/2017, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto; 76/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero; 77/2017, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar; Projeto de Resolução que recebeu o número 3/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco; e os Requerimentos que receberam os números 987 a 1.005. Logo após, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 76/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero; e dos Requerimentos que receberam os números 987, 988 e 989 de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso; 991, 992 e 993, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse. Logo após, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, para Reunião com os Senhores Deputados na Sala Vip, reabrindo-a às dezenove e quarenta e quatro minutos. Em seguida, assumiu a Presidência a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Na Ordem do Dia, a Senhora Presidente, por falta de quórum, transferiu sua deliberação para a Sessão subsequente. Logo após, a Senhora Presidente encerrou a Sessão



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

às dezenove horas e quarenta e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário